

S. Miguel com a maior subida do preço das casas num ano

Ponta Delgada foi a segunda cidade do país com o maior aumento do preço das casas no espaço de um ano.

Segundo o portal imobiliário Idealista, no último ano terminado em Setembro, as casas à venda ficaram mais caras nas 20 capitais de distrito, com Leiria (17,4%), Ponta Delgada (16,8%) e Portalegre (16,3%) a liderarem a lista.

Os preços das casas também subiram no Funchal (13,1%), Viseu (10,7%), Braga (10,3%), Évora (10,1%), Santarém (9,4%), Castelo Branco (9%), Bragança (8,5%), Setúbal (8%), Coimbra (7,6%), Vila Real (7,5%), Porto (7,5%), Guarda (6,6%), Beja (6,5%), Aveiro (6,4%), Lisboa (6,2%), Viana do Castelo (3,4%) e Faro (2,7%).

Lisboa continua a ser a cidade onde é mais caro comprar casa: 5.674 euros/m². Porto (3.667 euros/m²) e Funchal (3.473 euros/m²) ocupam o segundo e terceiro lugares, respectivamente.

2.064 euros/m² em P. Delgada

A lista das cidades mais caras para comprar casa no país segue com Faro (3.019 euros/m²), Aveiro (2.557 euros/m²), Setúbal (2.475 euros/m²), Évora (2.229 euros/m²), Ponta Delgada (2.064 euros/m²), Coimbra (1.977 euros/m²), Braga (1.926 euros/m²), Viana do Castelo (1.883 euros/m²), Leiria (1.566 euros/m²), Viseu (1.523 euros/m²) e Vila Real (1.319 euros/

Preço das casas para comprar por capitais de distrito

Valor mediano em setembro (euros/m²)
Variação entre setembro de 2024 e o mesmo mês do ano anterior (%)

Capitais de distrito	Preço (euros/m ²)	Variação anual (%)
Aveiro	2 557	6,4%
Beja	999	6,5%
Braga	1 926	10,3%
Bragança	1 016	8,5%
Castelo Branco	885	9,0%
Coimbra	1 977	7,6%
Évora	2 229	10,1%
Faro	3 019	2,7%
Guarda	816	6,6%
Leiria	1 566	17,4%
Lisboa	5 674	6,2%
Portalegre	840	16,3%
Porto	3 667	7,5%
Santarém	1 260	9,4%
Setúbal	2 475	8,0%
Viana do Castelo	1 883	3,4%
Vila Real	1 319	7,5%
Viseu	1 523	10,7%
Funchal	3 473	13,1%
Ponta Delgada	2 064	16,8%

Fonte: idealista - Descarregar estes dados - Incorporar - Descarregar imagem - Criado com Datawrapper

m²).

Faial é a única ilha em que estabilizou

Analisando por distritos e ilhas,

verifica-se que os preços das casas à venda subiram nos 18 distritos de Portugal continental e em praticamente todas as ilhas com amostras significativas.

A única exceção é a ilha do Faial, onde os preços estabilizaram nesse

período.

As subidas dos preços das casas à venda mais expressivas tiveram lugar precisamente nas ilhas: na ilha de São Jorge (36,2%), ilha de Porto Santo (21,1%), ilha de São Miguel (17,8%), ilha da Madeira (16,5%) e ilha Terceira (15,2%).

A lista de aumento de preços das casas continua com o Porto (13%), Castelo Branco (12,5%), Santarém (11,7%), Leiria (11,1%), Portalegre (10,2%), Faro (10,1%), ilha do Pico (9,6%), Lisboa (9,3%), Beja (8,6%), Braga (8,6%), Aveiro (8,1%), Vila Real (7,7%), Coimbra (7%), Setúbal (6,7%), Viseu (4,7%), Bragança (4,7%), Viana do Castelo (3,8%), Guarda (3%) e Évora (1,6%).

O ranking dos distritos e ilhas mais caras para comprar casa é liderado por Lisboa (4.174 euros/m²), seguido por Faro (3.513 euros/m²) e ilha da Madeira (3.173 euros/m²). E a lista dos territórios mais caros para adquirir habitação segue com o Porto (2.764 euros/m²), Setúbal (2.619 euros/m²), ilha de Porto Santo (2.469 euros/m²), ilha de São Miguel (1.843 euros/m²), Aveiro (1.757 euros/m²), Leiria (1.694 euros/m²), Braga (1.644 euros/m²), Viana do Castelo (1.472 euros/m²), Coimbra (1.461 euros/m²), ilha de São Jorge (1.441 euros/m²), ilha do Pico (1.441 euros/m²), Évora (1.361 euros/m²), ilha Terceira (1.301 euros/m²), ilha do Faial (1.263 euros/m²) e Santarém (1.215 euros/m²).

EDA diz que ajuste directo para fuelóleo era a única solução

A administração da EDA - Electricidade dos Açores, emitiu ontem um comunicado, que passamos a transcrever: "1. Com a denúncia do acordo existente sobre a aquisição de fuelóleo para a produção de energia elétrica e para a indústria dos Açores, a EDA foi obrigada a recorrer a medidas alternativas para assegurar a continuidade do abastecimento de energia elétrica;

2. Após o Concurso Público Internacional, lançado em maio de 2024, ter ficado deserto, sem apresentação de propostas, e ser impossível repetir um novo procedimento concursal a tempo de garantir o abastecimento de fuelóleo necessário à produção de energia elétrica a partir da data do final do referido acordo, tornou-se imperativo adotar um procedimento de ajuste direto, com base em razões de urgência imperiosa, a vigorar até à conclusão de novo concurso. Este ajuste direto está a aguardar visto prévio do Tribunal de Contas;

3. A decisão de Ajuste Direto foi tomada após consulta jurídica especializada, que concluiu ser esta a única solução viável dentro dos prazos estipulados pelo

mercado, uma vez que o novo processo concorrencial não poderia ser concluído em tempo útil de assegurar o fornecimento de fuelóleo nas centrais da EDA (São Miguel, Terceira, Pico e Faial) que garantem o abastecimento de energia elétrica nas respetivas ilhas;

4. O Ajuste Direto será, assim, temporário. Paralelamente, está a ser desenvolvido um estudo conjunto entre a EDA e uma consultora, reconhecida no setor dos combustíveis, por forma a preparar todos os trâmites para um novo Concurso Público Internacional que se estima lançar até ao final do ano."

BE chama EDA e Berta Cabral ao parlamento

A secretária regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas e o presidente do Conselho de Administração da EDA vão ao parlamento "para explicar os contornos do negócio milionário entre a EDA e BENCOM para a compra de combustível para a produção de energia: um ajuste direto de 50 milhões de euros, com a duração

de nove meses, que foi assinado num sábado", diz o BE.

"Em tempos houve um primeiro-ministro que se licenciou num domingo. Nos Açores temos contratos de ajuste direto de 50 milhões de euros assinados ao sábado", assinalou o deputado António Lima na apresentação do requerimento do Bloco de Esquerda que viria a ser aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Parlamentares e Desenvolvimento Sustentável, para chamar ao parlamento o Governo e a EDA a prestar esclarecimentos sobre este negócio.

Os negócios de milhões entre a EDA e a BENCOM já têm vindo a acontecer há muitos anos. Uma situação que o Bloco de Esquerda tem vindo a denunciar por constituir um enorme conflito de interesses, porque a BENCOM é detida a 100% pelo Grupo Bensaude, que é o principal acionista privado da EDA, uma empresa que é maioritariamente pública.

Entre 2009 e 2021, a EDA pagou à BENCOM 22 milhões de euros acima

do valor aceite pela entidade reguladora do sector, garantindo taxas de rentabilidade muito acima da média do sector.

"Já neste mês, o governo publicou uma resolução que determina que o preço de venda de fuelóleo nos Açores será o que resultar do contrato entre a EDA e o fornecedor de fuelóleo, que será muito provavelmente a BENCOM, empresa do grupo Bensaúde", explica o BE.

"Isto depois de um concurso público para fornecimento e transporte de fuelóleo à EDA, com o valor de 162M, lançado pela EDA ter ficado deserto", conclui.

Na passada sexta-feira o Bloco de Esquerda anunciou publicamente o requerimento a propor as audições no parlamento a pedir explicações sobre estes negócios. Um dia depois, um sábado, foi assinado o contrato de 50 milhões de euros por ajuste direto entre a EDA e a BENCOM para um período de apenas 9 meses, conclui o Bloco de Esquerda em nota enviada ao nosso jornal.